CONSELHO REGIONAL de PSICOLOGIA
14ª REGIÃO • MS
www.crpms.org.br

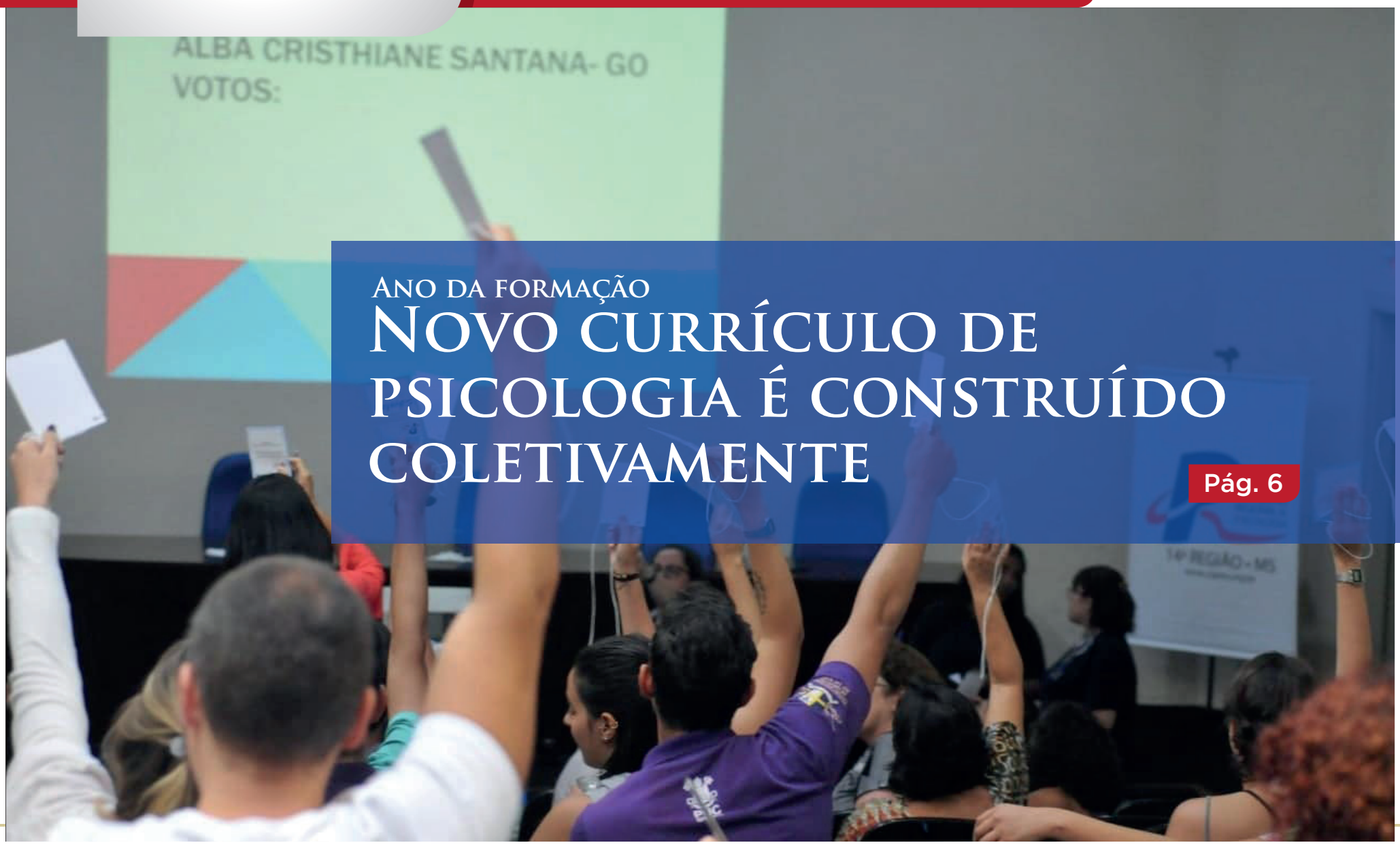
Mala Direta Básica
9912247243/2015 – DR/MS
CRP/MS 14º REGIÃO
Correios

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS
Endereço para devolução:
AC da Estação Rodoviária
Rua Vasconcelos Fernandes, 226
79008-970 -Campo Grande MS

Jornal CRP14

Publicação do Conselho Regional de Psicologia • 14ª Região • Mato Grosso do Sul

Ano VI – Edição Nº 18 – Fevereiro a Junho de 2018



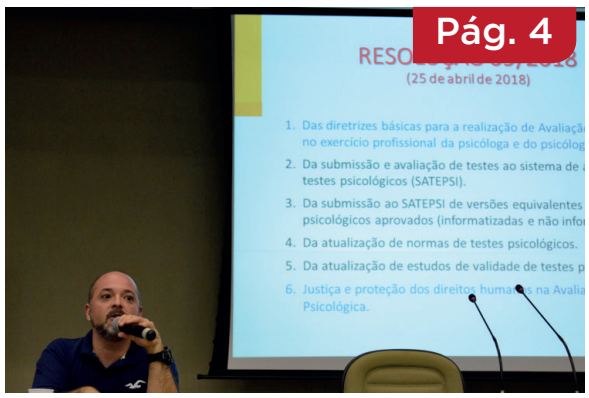
Ano da formação

Novo currículo de psicologia é construído coletivamente

Pág. 6

Pág. 3

INSTITUCIONAL: Roda de Conversas orientam categoria em todo Estado



Pág. 4

EVENTO: Seminário debate a nova resolução sobre Avaliação Psicológica

Pág. 11

PROJETO: Conselho articula criação de Fórum Estadual da Luta Antimanicomial

Editorial

Nos últimos meses, o Brasil assiste perplexo a onda de retrocessos que atinge a todos. Diversas pautas e conquistas históricas foram afetadas, saúde e educação, assistência social, Direitos Humanos, entre outras. No que se refere à saúde mental, a reforma psiquiátrica coloca em xeque o legado de mais de 30 anos da carta de Bauru. Nesse contexto, o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul, (CRP14/MS) em consonância com o Sistema Conselhos de Psicologia em todo país escolheram o caminho da luta e mobilização.

Neste ano de 2018, a categoria deu uma aula de democracia no processo de construção coletiva das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia. O maior receio nesse processo é o avanço do ensino à distância e a precarização dos cursos de formação. Os debates realizados nos quatro cantos do país defenderam um ensino de Psicologia de qualidade, eticamente orientado, comprometido com a realidade social, com os direitos humanos e com a diversidade.

Outro importante ato de mobilização foi a Conferência: Retrocessos na Saúde Mental e a Luta Antimanicomial realizada em alusão ao dia 18 de Maio, Dia da Luta Antimanicomial. A atividade apresentou um panorama atual da reforma psiquiátrica e as ameaças produzidas pelo seu avanço, contra uma sociedade sem manicômios. Além da Conferência, o Conselho articulou uma reunião com todos os Conselhos de Saúde do Estado para tratar da criação do Fórum da Luta Antimanicomial.

A defesa de causas importantes como o combate a homofobia e ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes também foram destaques no CRP14/MS que mantém uma mobilização permanente no amparo dos Direitos Humanos.

Respeitando seu compromisso com a orientação profissional, o Conselho realizou diversos encontros pelo Estado, através das rodas de conversa da COF, estimulando a formação de equipes de apoio e a compreensão ética da profissão. Nessa perspectiva ainda, também foi realizado o seminário para abordar a nova resolução que regulamenta os testes psicólogos.

O CRP14/MS esteve presente em diversas atividades relacionadas a saúde mental, psicologia do trabalho, psicologia organizacional, contribuindo para a reflexão coletiva e o aprimoramento pessoal dos profissionais do estado de Mato Grosso do Sul.

VIII PLENÁRIO DO CRP 14/MS

Institucional

APAF Delibera novas ações

A Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) realizada no dias, 25, 26 e 27 de maio, em Brasília, aprovou diversas ações importantes. A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs); a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa que fornecerá novo pacote de sistemas para todo o Sistema Conselhos de Psicologia; a regulamentação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos, além também de aprovar a prestação de contas de 2017 do CFP. Outras deliberações foram apresentadas e decididas pelos delegados.

Realizada pelo menos duas vezes ao ano, a Assembleia do Sistema Conselhos é composta por delegados dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. O CFP tem até três delegados na reunião e o número de representantes regionais varia de um a três, dependendo da quantidade de profissionais inscritos no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Seminário defende direitos e critica intolerância

O Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) esteve presente no III Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos: debater o crescente fenômeno da intolerância no Brasil. O evento abordou o atual contexto político e social do país.

Representando o CRP14/MS, a conselheira Beatriz Xavier, destaca a importância da ação. "Refletir e lutar. A Psicologia tem que se colocar como crítica ao processo que está sendo montado contra os direitos sociais".

A conferência de abertura foi realizada pelo psicólogo e psicanalista Tales Afonso Muxfeldt Ab´Sáber, que destacou o momento presente de reafirmação do arcaísmo, e seus efeitos políticos e simbólicos, pelo qual passa o Brasil e o mundo.

Expediente

Jornal do Conselho Regional de Psicologia – 14ª Região – MS
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2044 | CEP 79004-311
Campo Grande/MS | (67) 3382-4801 - www.crpms.org.br

Publicação Trimestral | Tiragem: 3.000 exemplares

Jornalista Responsável: João Carlos Costa
DRT 619/MS - imprensa@crpms.org.br
Revisão de texto: Comunicação Com Limão
Diagramação e layout: Comunicação Com Limão
Fotografia: João Carlos Costa e banco de imagens

DIRETORIA
Presidente: Irma Macário
Vice-presidente:
Tesoureiro: Glace do Carmo Freitas Siqueira
Secretário: Rômulo Said Monteiro

CONSELHEIROS EFETIVOS
Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli
Bruno Valdo Ferreira de Oliveira
Glace do Carmo Freitas Siqueira
Jaciane Terezinha Rodrigues Vieira
Irma Macário
Marilene Kovalski
Priscila Zanardi Favaretto
Rosemeire Pereira Souza Martins
Rômulo Said Monteiro

Comissão de Orientação e Fiscalização realiza rodas de conversas em diversos municípios

Campo Grande, Dourados, Corumbá, São Gabriel do Oeste, Três Lagoas, o trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) foi intenso nocomeço do ano. A Comissão realizou diversas rodas de conversas com objetivo de apresentar o trabalho da orientação e fiscalização na prática para a categoria e a possibilidade das/os profissionais participarem desta Comissão por meio da formação de equipes de apoio.

A primeira Roda de Conversa de 2018 foi realizada no auditório da Unigran Capital, em abril. De lá pra cá a conscientização sobre as questões de orientação e fiscalização não pararam mais. A ideia é que em cada região do estado se formem equipes de profissionais para auxiliar o CRP14/MS na manutenção da ética profissional.

Para a conselheira Jaciane Vieira, as reuniões da COF são importantes para categoria, pois “o domínio das referências técnicas da profissão permite a cada profissional realizar aquilo que coletivamente definiu-se como pilar para o bom exercício ético e técnico da Psicologia”.

A Conselheira ainda reforçou que uma boa formação universitária e um constante aprimoramento teórico e técnico são fundamentais para que a/o psicóloga/o possa oferecer serviços profissionais qualificados nos diversos contextos e espaços em que esteja atuando, de modo a contribuir para uma melhor qualidade de vida e saúde da população em geral.

SEMINÁRIO EXPLICA MUDANÇAS NA NOVA RESOLUÇÃO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Profissionais e acadêmicos de psicologia participaram nesta terça-feira (29) do seminário "Avaliação Psicológica e a Nova Resolução nº09/2018 e SATEPSI", evento realizado pelo Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS), em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A atividade foi ministrada pelo Coordenador da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) e membro do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Fabián Rueda, com a intenção de apresentar, divulgar e explicar ao público as mudanças nas normas e diretrizes que regulamentam a Avaliação Psicológica.

Segundo Rueda, a Nova Resolução traz duas mudanças importantes. A primeira, a ampliação das chamadas Fontes Fundamentais. Além dos testes aprovados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), a entrevista ou anamnese, dinâmicas de grupos e processos grupais, o psicólogo poderá utilizar Fontes Complementares para a realização do laudo e resultado final da avaliação. "Acrescentamos a questão de Fontes Complementares, que podem ser relatórios de equipes multiprofissionais e também outros instrumentos não psicológicos, mas que tenham embasamento científico e teórico, e respeitem o código de ética do psicólogo".

Outro destaque nas mudanças diz respeito ao cuidado com os Direitos Humanos. "Nós criamos um capítulo onde diz que é vedado ao psicólogo qualquer instrumento que possa vir a causar qualquer constrangimento, que não leve em consideração questões LGBT, de cor e sócio históricos da pessoa", explica Fabián. De acordo com ele, a ideia é de que os métodos utilizados na avaliação psicológica consigam adequar-se à realidade do paciente.

A aprovação da Resolução 09/2018, acompa-

nha os avanços vivenciados pela área de avaliação psicológica. Segundo a presidente do CRP14/MS, Irma Macário, as novas alterações são importantes para o exercício do profissional da área. “Essa resolução é instrumento fundamental para os conhecimentos dos psicólogos, especialmente quem trabalha com avaliação psicológica, com diagnóstico, na clínica e na organização. Todos eles precisam ter conhecimento dessa resolução”.

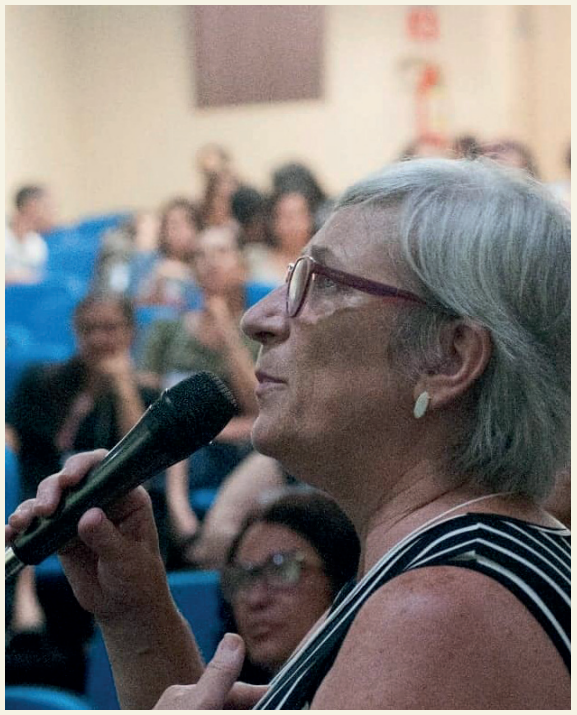
O CRP14/MS foi o primeiro a receber o coordenador da CCAP e a realizar esse evento. A conselheira do Conselho Federal de Psicologia e professora da UCDB, Norma Cosmo, reconhece a necessidade de realização de ações do tipo por outras instituições da área. “É fundamental o evento, aliás, todos os conselhos regionais deveriam fazer isso, considerando que a avaliação psicológica atravessa todas as práticas do profissional de psicologia”.

Mara Lutz exerce a profissão de psicóloga há mais de 20 anos e atualmente está como pós-graduanda em Avaliação Psicológica. Segundo ela, com o passar do tempo é preciso estar atualizada e seminários como esse são importantes para o aperfeiçoamento dos profissionais. “Acho que o evento é uma oportunidade para nós da classe podermos nos aprimorar, para sabermos das decisões e tentarmos melhorar. Claro que isso depois vai se reverter positivamente no paciente que a gente vai atender”.

A publicação da nova resolução coincide com os 15 anos do SATEPSI. Fabián Rueda também apresentou as atualizações no site do Sistema de Avaliação, que agora conta com uma lista intuitiva para ajudar na busca de instrumentos que podem ou não ser usados na prática profissional. O coordenador destacou ainda a apresentação de um fluxograma para fácil reconhecimento de um teste psicológico e a sessão de perguntas frequentes.

A resolução 09/2018 está publicada no site do Conselho Federal. Aqueles que não puderam comparecer ao evento e possuem dúvidas em relação à Avaliação Psicológica e outros assuntos da profissão podem comparecer ao CRP14/MS.

ENCONTRO REGIONAL DEBATE DIRETRIZES CURRICULARES DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA



Iniciado ainda por ocasião dos acontecimentos de Ato Médico, o processo democrático de construção das diretrizes para a Psicologia brasileira escreve uma nova etapa. No último final de semana, a capital de Mato Grosso do Sul sediou o Encontro Estadual das Diretrizes Curriculares, que contou com a participação de psicólogas, psicólogos, estudantes, professores de psicologia e Conselheiros de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso.

O evento teve como principais objetivos: discutir as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, elaborar as propostas de diretrizes do Centro-Oeste e eleger os delegados que irão participar do Encontro Nacional.

De acordo com a Conselheira Federal, Norma Cosmo, a mobilização em prol da reformulação da formação em psicologia começou com o debate do Ato Médico e a revisão do curso de medicina. Na ocasião, ela explicou que Ministério da Educação (MEC), em consideração com as discussões levantadas pelo Ato Médico, solicitou ao Conselho Nacional de Saúde a revisão das diretrizes curriculares de todos os cursos da área da saúde com atuação regulamentada.

"Então foi definido que a revisão dos cursos seria feita na base, junto com professores, alunos e profissionais. Nesse contexto a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), Conselho Federal de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) se reuniram para estimular o desenho de uma mobilização caracterizada por eventos preparatórios, encontro regionais e o encontro nacional. Assim, a ideia é que neste encontro regional sejam compiladas as teses que foram formuladas nos encontros preparatórios", explica Norma.

A presidente da ABEP, Ângela Soligo destacou que o processo de discussão das Diretrizes Curriculares é uma defesa da profissão e de uma formação de qualidade em Psicologia. De acordo com Soligo, essa defesa precisa ser feita porque existe a intenção do MEC em colocar a Formação da Psicologia totalmente a distância.

"Para a Psicologia, sobretudo para ABEP, criar cursos de Psicologia 100% à distância seria uma perda indiscutível de qualidade. Além do que, acreditamos que uma educação totalmente EAD não costura uma identidade profissional, nem favoreça algumas características que são inerentes da nossa formação como empatia, acolhimento, e compreensão profunda dos fenômenos psicológicos. Então, nós acreditamos que a formação presencial é fundamental para Psicologia", comentou Soligo.

Defensora de uma Formação em Psicologia compromissada com o social, Soligo complementa dizendo que ao final do processo espera-se a consolidação de uma formação orientada pelos Direitos Humanos e pelas Políticas Públicas. "Nós esperamos consolidar Diretrizes que nos orientem para uma formação e atuação em prol das demandas da sociedade brasileira".

A conselheira presidente do Conselho Regional de Psicologia de Goiás, Ionara Rabelo, também assinalou a importância das discussões da Diretrizes Curriculares em vista do atual contexto político do MEC que é favorável à flexibilização das modalidades de ensino. "Nosso objetivo com o debate das Diretrizes Curriculares é mobilizar a categoria para vermos exatamente os enfrentamentos que a gente precisa fazer contra essa situação".

Ionara também pontuou, além da questão da flexibilização, o perfil do egresso como um dos pontos mais importantes da discussão. Para ela, a formação em Psicologia não pode "fazer um perfil do egresso, com base nas demandas do mercado, mas nas demandas das necessidades da população. Isso é essencial".

Na visão da representante da FENAPSI, Fernanda Magano, a preocupação da Federação passa primeiro pela questão do EAD, em virtude da mudança na Lei de Diretrizes e Bases, que agora permite o ensino integral à distância. E, em segundo lugar, com a qualidade da formação.

"Precisamos fazer uma correlação entre a questão das teorias e técnicas, mas também a relação das políticas públicas, um ensino-aprendizagem com metodologias mais participativas e o reconhecimento da realidade, porque muitos profissionais saem com uma formação consistente em teoria, mas não se veem aptos em se colocar no mercado de trabalho, em especial na lógica de políticas públicas. Pensar sistemas de sócio-educação, o sistema SUAS, SUS, é fundamental para o egresso de Psicologia. Ele precisa estar bastan-

te consistente no desenho dessas diretrizes para que esteja apto para o mercado de trabalho, como também para o cuidado da população brasileira", defendeu Fernanda.

Para Andreza Sorrentino, conselheira-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal, a questão mais alarmante é o EAD. "É importante a gente estabelecer critérios que garantam uma formação de qualidade para os nossos graduandos, porém a gente sabe que existe uma intencionalidade política para implantar o ensino à distância se tornar algo majoritário. Essa realidade, pelo menos para as profissões de saúde, isso não é aceitável".

Já o psicólogo e Coordenador da Comissão de Educação, Comunicação e Cultura do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso, Gabriel Henrique Figueiredo, além de defender o ensino presencial em Psicologia ressaltou que o Encontro permite a integração das universidades e conselhos. "O encontro é uma oportunidade de alinhar todas as universidades que ofertam o curso de psicologia e os conselhos de psicologia para definir uma formação que garanta o docente no acompanhamento dos desenvolvimentos do aluno e veja o EAD como uma ferramenta apenas complementar".

O Encontro Nacional das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia aconteceu no dia 5 de maio. Durante o evento, os delegados do Centro-Oeste apresentaram as propostas definidas no Encontro Regional.

Após a formulação do material elaborado no Encontro Regional foi aberta uma consulta pública para que toda categoria possa participar do debate.

Encontro Nacional

Diretrizes Curriculares da Psicologia foram construídas coletivamente

O Encontro Nacional do Ano da Formação em Psicologia aconteceu no dia 5 de maio e reuniu formadoras e formadores, psicólogas e psicólogos, trabalhadoras e trabalhadores e estudantes da Psicologia para discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia. A etapa nacional ocorreu após 118 reuniões preparatórias e cinco encontros regionais.

Trinta e três propostas foram aprovadas. A partir delas, foi redigida uma minuta que foi submetida à consulta nacional, por meio dos canais das entidades nacionais coordenadoras do processo de discussão – o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi)."Então foi definido que a revisão dos cursos seria feita na base, junto com professores, alunos e profissionais. Nesse contexto a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), Conselho Federal de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) se reuniram para estimular o desenho de uma mobilização caracterizada por eventos.

Comissão de saúde do CRP14/MS Marcou presença em mesa-redonda na UFMS

Cuidados com a Saúde mental, física e nutricional foi tema de mesa-redonda que aconteceu dia 20, às 14h, no anfiteatro da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação Sociais da Universidade Federal Mato Grosso do Sul. O evento fazia parte da a programação de atividades da campanha institucional "Eu respeito", que em abril se volta para o tema Saúde e que contou com a participação da Comissão de Saúde do CRP14/MS.

Os profissionais debateram o surgimento e os principais problemas que podem causar sofrimento ou adoecimento da população e falaram sobre como é possível conciliar os cuidados. O psicólogo Tiago Ravanello e a conselheira e presidente da Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia (CRP14/MS) Marilene Kowalski, apresentaram os problemas que afetam a saúde mental dos estudantes como depressão, ansiedade, angústia, entre outros.

A partir da perspectiva lacaniana , a conselheira Marilene, explicou a angústia e a depressão. Já Tiago Ravanello, que além de integrante da Comissão de Saúde do Conselho, também é professor do curso de Psicologia da UFMS, correlacionou a formação da Universidade, enquanto instituição, e o sofrimento psíquico dos estudantes.

"A universidade da maneira que é pensada, na maneira que é projetada inicialmente no Brasil, vem a ser um agente de transformação social. No entanto, a universidade como sendo um ator social importante, ela não está desvinculada das formas de produção de discursos sociais. Portanto, ela é permeada por tais discursos. Nesse sentido, a universidade absorveu ao longo de sua história as narrativas neoliberais, modificando o discurso da 'transformação social' para 'formação de gestores'. Isso acarretou na incorporação do sofrimento psíquico do mercado para dentro da universidade, explica Tiago.

É quase que exclusiva a prerrogativa das universidades em formar para o mercado de trabalho, ou seja, formar subjetividades que serão englobadas ao mercado. Esse objetivo não é implantado sem um preço a ser pago. "Se o ideal da universidade seria se ater as exigências do mercado, nós fazemos com que os sofrimentos do mercado também se tornem formativos. Assim, vemos na clínica problemas relacionados ao ambiente competitivo e hostil cultivado na universidade", completou Tiago.

Para os especialistas o melhor caminho para que a Saúde seja respeitada é o cuidado de si. Cuidado com a alimentação, cuidado com saúde mental, cuidado com o corpo. Esse cuidado deve traduzido em uma espécie de atenção sobre as escolhas que fazemos. Pensar nas refeições, pensar no tempo dedicado a atividade física, pensar no cultivo das emoções.

A campanha Eu Respeito está sendo realizada em todos os campi da Universidade. Cada unidade teve uma programação específica. A campanha também vai abordar um tema diferente a cada mês. Acompanhe as novidades pelo portal da UFMS.

Palestra sobre condições psicossociais do trabalho

O Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul participou da palestra "Condições Psicossociais do Trabalho que Emancipa ou Que Mata", ministrada pelo professor Doutor José Carlos Zanelli. O evento aconteceu no dia 15 de maio, no auditório da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC/UFMS).

A atividade possibilitou um espaço de reflexão sobre a saúde mental do trabalhador dentro das organizações de trabalho. A visita de Zanelli a UFMS foi possível graças a uma parceria entre os cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia com o Instituto Zanelli. O principal objetivo da iniciativa era a sensibilização da comunidade acadêmica quanto aos riscos psicossociais ligados ao trabalho.

De acordo com Zanelli, esses riscos podem ser definidos como assédio moral, sexual, estresse, depressão, ansiedade e até suicídio dentro das organizações de trabalho. "São ocorrências que produzem danos psicológicos, sociais ou físicos. É por isso que devemos investir em uma gestão do risco psicossocial para cuidar da saúde do ambiente de trabalho", comentou.

17 de Maio: A psicologia na luta contra a homofobia

Dia 17 de maio é o Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia. A data faz referência ao dia em que a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, retirou o termo "homossexualidade" da classificação de doenças ou problemas relacionados à saúde.

Para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de combater o preconceito contra a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) mostra um pouco da situação do Brasil em relação a crimes ligados a homofobia.

Em 2017, a Rede Trans e o Grupo Gay da Bahia divulgaram dados estarrecedores. Só no ano passado, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) foram mortos em crimes motivados por homofobia. O número representa uma vítima a cada 19 horas, de acordo com o relatório.

O monitoramento anual do grupo Gay da Bahia indica um aumento de 30% em relação a 2016, quando foram registrados 343 casos. Já um ano antes, em 2015, foram 319 LGBTs assassinados, contra 320 em 2014 e 314 em 2013. O saldo de crimes violentos contra essa população em 2017 é três vezes maior do que o observado há 10 anos, quando foram identificados 142 casos.

Uma das raízes desse problema, de acordo com a psicóloga Yasmine Braga, está relacionado com o desenvolvimento da família patriarcal e do discurso heteronormativo vinculado a este modelo.

"A família patriarcal foi importante para o desenvolvimento do capitalismo e das relações heteronormativas. Portanto, desde a infância até a vida adulta os sujeitos vão passar por uma, digamos, 'modelagem de comportamento', com a qual se organiza tudo que é aceito socialmente, inclusive a partir de modelos ideais de homem e mulher. Assim, a sociedade estabelece condutas de masculinidade e feminilidade. Esse modelo vai gerar sofrimento àqueles que não cabem dentro das expectativas sociais determinadas. Isso também contribui para o ódio", explica Yasmine.

A Psicóloga também comenta que o sofrimento psíquico está associado a este contexto de modelos e expectativas. "A possibilidade de não poder exercer a sua sexualidade da maneira como você gostaria gera sofrimento psíquico. O sofrimento não é causado pela pessoa não se aceitar como homossexual. Mas é decorrente da pressão social para que o sujeito se enquadre nas expectativas sociais de heteronormatividade".

O ódio gerado pelo não reconhecimento da diversidade da vida humana repercute de forma violenta na sociedade. Das 445 mortes registradas em 2017, 194 eram gays, 191 eram pessoas trans, 43 eram lésbicas e 5 eram bissexuais. Em relação à maneira como foram mortos, 136 episódios envolveram o uso de armas de fogo, 111 foram com armas brancas, 58 foram suicídios, 32 ocorreram após espancamento e 22 foram mortos por asfixia. Há ainda registro de violências como o apedrejamento, degolamento e desfiguração do rosto. Quanto ao local, 56% dos episódios ocorreram em vias públicas e 37% dentro da casa das vítimas.

O que nos deixa mais esperançosos contra esse cenário, comenta a psicóloga, é a mobilização contra a homofobia e a conquista dos espaços de poder pela comunidade LGBT. "Muitos grupos que combatem a homofobia e o preconceito tem conseguido se articular, ocupando espaços importantes, políticos e acadêmicos, contribuindo para o desenho de novas políticas públicas que promovam um enfrentamento ainda maior contra a violência", completa.

Violência sexual deve ser combatida com diálogo

As melhores formas para o enfrentamento são o diálogo o engajamento de todos visando a prevenção, a proteção integral, a denúncia e sobretudo a proteção de modo a coibir toda forma de violência que gera intenso sofrimento psíquico nas vítimas", com essas palavras a psicóloga Denise de Fátima do Amaral Teixeira, da Vara da Infância e Adolescência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, pontua a necessidade de luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

No dia 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o cuidado é o melhor caminho para se combater as consequências nefastas de um problema que ainda atinge o Brasil.

Para a psicóloga, a data além de marcar a mobilização da sociedade, convocando-a a enfrentar e se engajar contra a violação dos direitos de nossas crianças e adolescentes, instituiu também uma reflexão permanente que, segundo ela, se desdobra em uma luta diária. "É necessário que essa causa seja combatida em nosso cotidiano, sobretudo pelo crescente e alarmante número de casos de violência sexual perpetrados às nossas crianças e adolescentes diariamente", destaca Denise.

A psicóloga ainda explica as consequências do abuso e da exploração. "A experiência de abuso sexual pode desencadear efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima. Não há um quadro psicopatológico único causado pelo abuso, mas uma variabilidade de sintomas e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais, em diferentes intensidades".

Além desses sinais, as crianças e adolescentes apresentam "depressão, sentimento de culpa implantados pela família pelo afastamento do abusador do lar, sexualidade exacerbada, fugas, choros sem explicação, sentimentos de desconfiança entre outros", completa a Psicóloga.

Um dos instrumentos disponíveis para o combate ao abuso e a exploração sexual é a denúncia. No Brasil, o "Disque 100", criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

Seminário aborda LUTA ANTIMANICOMIAL em TEMPOS de Crise e retrocessos

Em tempos políticos e sociais sombrios, inclusive para a saúde mental brasileira, o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) promoveu no mês de maio, em comemoração ao dia 18 de maio, dia da Luta Antimanicomial, uma Conferência sobre os Retrocessos na Saúde Mental e a Luta Antimanicomial. A palestra foi ministrada pela psicóloga Marta Elisabete de Souza, representante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila).

Em sua fala, Marta destacou o quão importante é continuar o intenso trabalho sociocultural, administrativo e político para articular a sociedade a essa bandeira, evitando a destruição dos avanços sociais conquistados no campo da saúde mental. “O cenário mais preocupante é a volta dos hospitais psiquiátricos e a internação como principal tratamento para as pessoas com transtornos mentais, acabando assim com a possibilidade de diálogo. Uma sociedade sem manicômios, eixo central de nossa luta, representa uma sociedade onde caibam todos”, afirmou

A psicóloga e conselheira do CRP14/MS, presidente da Comissão de Saúde, Marilene Kovalski, comenta que a principal motivação da luta antimanicomial é o reconhecimento de que todo sujeito humano é um sujeito de desejo e de direitos.

“É preciso que a sociedade se organize para acolher e incluir a todos em sua singularidade. Independente da estrutura de discurso que cada um conseguiu organizar e utilizar para construir seus laços sociais. Somos únicos, diferentes, é preciso então respeitar essa diversidade”, afirma Marilene Kovalski.

Em defesa dessa singularidade, os 30 anos da Carta de Bauru, marco que foi celebrado ano passado, representa não apenas um período de grandes avanços para a reforma psiquiátrica e para a luta por uma sociedade sem manicômios, mas também a atualização do debate em torno da saúde mental e as novas frentes de luta.

O CRP14/MS esteve presente na celebração dos 30 anos da Carta de Bauru, ao lado de mais de 2 mil pessoas. A conselheira se recorda que “em mesas redondas, de forma democrática onde todos participaram em igualdade de direitos, se colocando, contribuindo a partir de suas próprias vivências, experiências e conhecimentos. Foi histórico e comovente. Atualizando assim a Carta de Bauru 30 anos depois”.

Apesar do desejo democrático, a redação da nova Carta de Bauru não deixou de mencionar o clima que ameaça o futuro das políticas de saúde mental no Brasil e a necessidade urgente de mobilização e luta.

Em diversos trechos, a carta reforça a importância

de zelar pela liberdade dos indivíduos: “A conjuntura presente que põe em risco as conquistas duramente obtidas, exige um posicionamento que reafirme e radicalize nossos horizontes. É preciso sustentar que uma sociedade sem manicômios reconhece a legitimidade incondicional do outro como o fundamento da liberdade para todos e cada um; que a vida é o valor fundamental; que a sociedade sem manicômios é uma sociedade democrática, socialista e anticapitalista”.

A maior preocupação do movimento pela luta Antimanicomial é o regresso dos manicômios. A desconstrução do modelo asilar exerceu impacto muito positivo nas formas de cuidado em liberdade. Graças a novos serviços e redes, arranjos e experiências foram consolidadas, a exemplo dos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS).

Para manutenção desse tratamento mais humano, a Carta de Bauru é o megafone por onde gritam todas as vozes sobre a potência deste cuidado. A carta ainda diz: “Combatemos a cada dia o manicômio em suas várias formas, do hospital psiquiátrico à comunidade terapêutica, incluindo o manicômio judiciário; e a lógica manicomial que disputa o funcionamento de todos os espaços do viver. Gravamos, em corpos e mentes, a certeza de que toda a vida vale a pena”.

Para Marilene Kovalski, assim como para todos que fazem parte do movimento antimanicomial, a reforma psiquiátrica que está sendo implantada no Brasil hoje, não escuta o grito pelo cuidado em liberdade. A conselheira explica que a reforma é “feita na verticalidade, sem ouvir os gestores e a sociedade em seus campos de atuação. E mais, descentralizando grande parte dos aportes financeiros de recursos públicos destinados a população geral para as chamadas Comunidades terapêuticas, que em sua maioria não atende a todos”.

CRP14/MS reúne conselhos da saúde para criação de fórum da luta antimanicomial

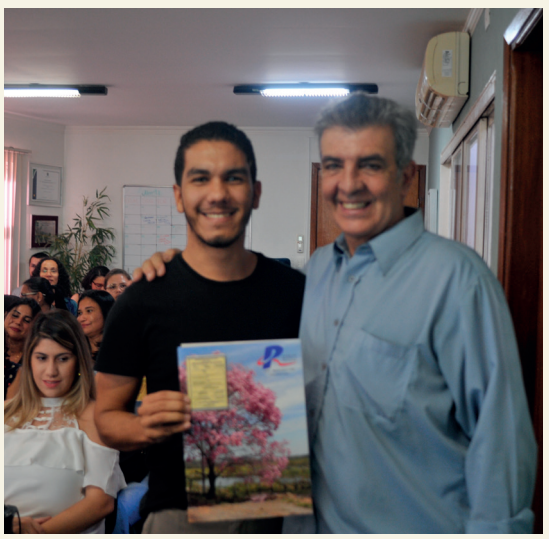
Em reunião na sede do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul, diversos Conselhos de Saúde do Estado se reuniram para debater a situação da saúde mental e traçar estratégias para criação de um Fórum de atuação nos moldes do Fórum Mineiro de Saúde Mental. A inciativa foi encabeçada pelo CRP14/MS que articulou a presença dos representantes.

O principal objetivo da reunião é formar um núcleo de militância para combater o desmonte da política de saúde mental no Brasil. Recendente o Governo federal aprovou uma portaria, sem discussão coletiva, que impõe sérios retrocessos no tratamento de pacientes com transtornos mentais e a usuários de álcool e drogas. Os profissionais da saúde temem, sobretudo, o retorno da internação de pessoas com transtornos em hospitais psiquiátricos.

Na prática, a alteração da política de atendimento à saúde mental proposta pelo Ministério da Saúde ressuscita o financiamento de ambulatórios de saúde mental, sobrepostos aos serviços comunitários existentes. Dessa forma, o conjunto das propostas que está sendo adotado hoje privilegia a internação e duplica serviços. Como os recursos são escassos e decrescentes, o resultado será o sucateamento da rede comunitária de saúde mental.

Além dos Conselhos de Saúde de Mato Grosso do Sul, esteve presente na reunião a psicóloga Marta Elizabete de Souza, representante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila).

Entrega de carteiras

Conselho recebe novas/os profissionais

O Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) realizou diversas entregas de carteiras profissionais no início deste ano. Mais de 40 novas/os psicólogas/os participaram das cerimônias que aconteceram na sede do conselho. As/os profissionais passaram por uma palestra de orientação profissional e ética. Presente nas ocasiões, o conselheiro Rômulo Said, parabenizou as profissionais pela conquista. Confira algumas fotos desses momentos: